

Déficit do setor público supera 6% do PIB

Dívida pública
No conceito nominal, que inclui o pagamento de juros, a conta de 12 meses vai a R\$ 72 bi

BRASÍLIA – Todo o esforço fiscal feito pelo governo ao longo do ano vem esbarrando numa cada vez mais pesada conta de juros, responsável pelo aumento do déficit nominal do setor público. Em julho, essa conta chegou a R\$ 17,051 bilhões, a maior desde janeiro de 1999, quando o governo fez a desvalorização do real. Com isso, o déficit nominal (que inclui o pagamento de juros) atingiu, no mês, R\$ 14,337 bilhões, também o mais alto desde a desvalorização. No período de 12 meses, o déficit atingiu 6,23% do Produto Interno Bruto (ver gráfico).

Além dos aumentos da taxa básica de juros pelo Banco Central que fez, no mês passado, a quarta elevação neste ano, a conta de juros também foi pressionada pela desvalorização cambial, de 5,49% no mês. Nos R\$ 17,051 bilhões dos encargos devidos em julho, o impacto da queda do real frente ao dólar foi de R\$ 8,294 bilhões.

Superávit primário – Apesar da deterioração do déficit nominal, e do consequente aumento da dívida pública (ver ao lado), a boa notícia é que o setor público, que inclui os governos federal, estaduais e municipais, registrou em julho um superávit primário (receita menos despesas, sem contar o pagamento de juros) de R\$ 2,714 bilhões. Mesmo sendo o menor do ano, o resultado coloca o País próximo de cumprir a me-

ta acertada no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para setembro. No acumulado do ano, o superávit primário chegou a R\$ 33,131 bilhões (equivalentes a 4,89% do PIB) enquanto a meta é de R\$ 34,400 bilhões.

Até o fim do ano, o superávit primário exigido pelo Fundo é de R\$ 40,2 bilhões (3,35% do PIB) e, segundo o chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco

Central, Altamir Lopes, “não existe qualquer dúvida em relação ao cumprimento da meta”. Ele lembra que, até dezembro, faltam ao setor público R\$ 7,069 bilhões para atingir esta meta, o que significa a necessidade de um resultado médio de R\$ 1,4 bilhão por mês. “É perfeitamente factível”, destacou Lopes.

A tendência é de que o superávit primário seja declinante nos próximos meses. Nos últimos meses do ano, os gastos do setor público aumentam e, admitiu Lopes, a retração do nível de atividade da economia pode reduzir a receita, o que tem impacto na arrecadação e, portanto, no resultado primário. “Com o nível de atividade menor a receita pode até cair”, afirmou. Mesmo assim, Lopes insiste que não há risco para o cumprimento das metas acertadas com o FMI.

Nos 12 meses encerrados em julho, o superávit primário chegou a R\$ 46,553 bilhões, enquanto o pagamento de juros consumiu R\$ 118,583 milhões. A diferença corresponde ao déficit nominal, que atingiu R\$ 72,030 bilhões no mesmo período. Já a desvalorização cambial do período foi de 37%.

